

Retomada da indústria deve priorizar clima, inovação e reforma tributária

CNI apresentou ao novo governo 14 propostas de ações que o setor considera prioritárias para o Brasil iniciar um ciclo de desenvolvimento sustentável



Setor industrial passou de 48% do PIB, na década de 1980, para 23,6% em 2022. Ainda hoje é responsável por 68,6% dos investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Uma indústria nacional moderna, competitiva, voltada para a inovação e para a sustentabilidade será o alicerce fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Empenhada na construção conjunta de políticas e iniciativas para o fortalecimento do setor e, conseqüentemente, da economia brasileira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou um conjunto de 14 propostas para subsidiar ações do Governo Federal nos cem primeiros dias da nova gestão.

O documento “Propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo destinadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)” enumera medidas que, quanto mais rapidamente forem implementadas, mais contribuirão para acelerar o crescimento econômico. Algumas são de implementação imediata e outras mais complexas, em que as prioridades são a transição para uma economia de baixo carbono e a ampliação dos investimentos, do financiamento, da produção manufatureira, das exportações, da integração internacional e da inovação. Estão reunidos também 19 projetos prioritários em tramitação no Congresso Nacional.

Entre as propostas da CNI estão a implementação de uma política industrial e a aprovação da reforma tributária, que já tem propostas em discussão

na Câmara e no Senado. “Para retomar a trajetória de crescimento da economia nacional, é fundamental que seja planejada e implementada uma moderna política industrial, de acordo com as melhores práticas internacionais, que contemple



“O fortalecimento da indústria nacional é fundamental para que o Brasil consiga alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável. Para isso, é preciso que o novo governo priorize a elaboração e a execução de uma política industrial de longo prazo”.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
Presidente da CNI

investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento, com ênfase em tecnologias socioambientais sustentáveis, eficiência energética, geração de energia renovável e digitalização de processos governamentais”, diz o documento.

Para o setor industrial, é fundamental que o país transforme suas vantagens comparativas, como,

por exemplo, uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e a maior biodiversidade do planeta, em vantagens competitivas que viabilizem uma maior participação da indústria brasileira no mercado global.

‘INDÚSTRIA FORTE É FUNDAMENTAL’

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destaca a importância de uma política industrial consistente e duradoura para acelerar a retomada da economia.

“O fortalecimento da indústria nacional é fundamental para que o Brasil consiga alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável. Para isso, é preciso que o novo governo priorize a elaboração e a execução de uma política industrial de longo prazo”.

O presidente da CNI chama atenção também para o cenário global.

“Uma indústria forte é fundamental para o país enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela transformação digital e pela desorganização das cadeias globais de suprimentos, que foram severamente afetadas pela pandemia da Covid-19 e pela guerra na Ucrânia”, declara.

POTENCIAL

O Brasil já teve a oitava maior indústria de transformação do mundo, mas vem perdendo força na produção global, que caiu de 2,58% em 2006 para

apenas 1,28% em 2021.

Também no cenário nacional os índices são preocupantes: o setor industrial chegou a ser responsável por 48% do PIB brasileiro na década de 1980, resultado de políticas públicas que incentivaram investimentos do governo e da iniciativa privada em setores estratégicos como energia, transportes, comunicação, siderurgia, mineração e petróleo.

“A despeito de uma política econômica que pouca atenção dispensou à indústria nacional nas últimas décadas, o setor ainda responde por 23,6% do Produto Interno Bruto (PIB), 71,8% das exportações e 66,4% dos investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)”, destaca o documento da CNI.

Retomar o incentivo às exportações e acelerar a integração internacional do Brasil são outros pontos prioritários para o setor industrial. “Podemos, e devemos, nos preparar para uma inserção mais competitiva de nossa indústria no cenário internacional enquanto há tempo, e romper com o nosso isolamento observado nas últimas décadas. É tempo de fazer as escolhas certas para não perdermos as janelas de oportunidades que se abrem para o nosso país, de forma inédita, no novo ambiente externo”, alerta o documento.

“Contamos com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo,

temos uma grande disponibilidade de recursos naturais e uma indústria diversificada, pronta para responder aos estímulos de uma política industrial moderna”, destaca a CNI. Nesse sentido, o setor industrial brasileiro chama atenção para a urgência de medidas voltadas para a economia de baixo carbono.

A participação do Brasil na produção industrial do mundo caiu de 2,58%, em 2006, para 1,28%, em 2021

“Para retomar a trajetória de crescimento da economia nacional, é fundamental que seja planejada e implementada uma moderna política industrial, de acordo com as melhores práticas internacionais”

ECONOMIA VERDE

Entre as propostas da indústria estão elaborar medidas claras para implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), que permitam ao país cumprir as metas de redução da emissão de gases de efeito estufa firmadas no Acordo de Paris e aprovar a lei que regulamenta

o mercado de carbono no Brasil, permitindo que o país avance nesse cenário global rumo a uma economia de baixo carbono.

A desconcentração do mercado de gás natural, com mais competitividade para as empresas nacionais, e a modernização do licenciamento ambiental, que combine conservação e desenvolvimento socioeconômico, são outras prioridades apontadas pela indústria.

Também a adoção de novas regras de créditos tributários e de pagamentos de tributos federais estão entre as propostas.

“Temos, portanto, muitos desafios a enfrentar. De um lado, aumentar a produtividade e a competitividade da produção nacional. De outro, assegurar um ambiente econômico favorável, com diretrizes políticas adequadas, previsibilidade, boa regulação e governança, fatores essenciais para a segurança jurídica dos empreendimentos que se deseja incentivar, notadamente daqueles financiados com recursos privados. Este documento apresenta as propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo. São medidas importantes e de implementação menos complexa, bem como medidas que apesar da complexidade, são essenciais para alavancar o crescimento econômico e, por conseguinte, precisam ser iniciadas o mais breve possível”, conclui o documento da CNI.

Política industrial alinhada às boas práticas globais fortalecerá país

Maiores economias do mundo têm investido em planos de produção em alta escala, redução da dependência externa e novas alianças comerciais

Os desafios internacionais impostos pela pandemia e pela guerra na Ucrânia reforçaram a convicção de muitos países de que não há economia forte sem indústria robusta. Planos de apoio e incentivo ao setor têm sido adotados pelas principais economias do mundo, que buscam incentivar a produção em alta escala e a inovação, capturar mercados para suas empresas, reduzir a dependência de fornecedores externos e firmar novas alianças globais, com países parceiros amigáveis e confiáveis.

Nos Estados Unidos, o Congresso aprovou o maior

plano de infraestrutura em 50 anos, com investimentos de US\$ 1,2 trilhão para melhoria de pontes, estradas, ferrovias, aeroportos e estímulo a veículos elétricos. No Japão, foi lançado um plano de US\$ 1,04 trilhão com investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento, voltados para uma sociedade sustentável, segura e promotora do bem-estar. China, Coreia do Sul, Alemanha e União Europeia também têm ações nesse sentido.

O Brasil, avalia a CNI, precisa participar deste movimento global, com uma política industrial

moderna, que busque ações transversais para solução de problemas coletivos.

“O mundo está colocando recursos massivos para apoiar suas indústrias. Em alguns países, os recursos já compreendem entre 8% e 10% do PIB. O Brasil não pode ficar fora disso. Temos que não só sermos capazes de nos abastecer e suprir nossa indústria com máquinas, componentes, equipamentos e até serviços, como precisamos ter condições de importar o que necessitamos e também exportar, dar uma capacidade de inserção competitiva do país nessas cadeias globais”, afirma a diretora

de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI, Lytha Spindola.

No Brasil, políticas públicas foram decisivas para a consolidação do parque industrial brasileiro, que está entre os mais diversificados do mundo. O enfraquecimento da política industrial, no entanto, fez a participação da indústria no PIB nacional cair drasticamente, especialmente na última década.

Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra/Ultrapar e líder da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), Pedro Wongtschowski destaca que uma política industrial

efetiva deve estar integrada não só à política econômica, mas também à de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

“Para abrir novas possibilidades para a indústria e permitir seu avanço por meio da inovação, é necessário que algumas condições sejam garantidas, como a estruturação de uma política de CT&I de longo prazo e de instâncias de governança bem definidas, a melhoria do ambiente regulatório de CT&I, a elevação dos investimentos a patamares internacionais, a melhoria do padrão de ensino e pesquisa e a formação de recursos humanos”. Para Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), o Brasil vive um momento de boas perspectivas: “Precisamos agora de políticas convergentes, aproveitando duas grandes janelas de oportunidades que o mundo oferece. Primeiro, as cadeias de valor, pois existe uma grande movimentação em busca de novos fornecedores em países amigos ou próximos, e o Brasil preenche essas características. A segunda é a transição energética, onde temos grandes oportunidades com energias renováveis e hidrogênio verde”.



“Precisamos pensar na reforma tributária para corrigir injustiças centenárias. Nós vamos tentar fazer uma proposta de política tributária definitiva nesse país. Pode ser que a gente consiga diminuir a burocratização e que faça com que as pessoas paguem sobre lucros e dividendos”.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República



“Nós queremos aprovar a reforma tributária. Ela é essencial para buscar a justiça tributária e para reindustrializar o país, porque é a indústria que paga hoje quase um terço dos tributos no Brasil e responde por 10% da produção. Então, existe um desequilíbrio muito grande em relação à indústria”.

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda



“Temos obviamente um compromisso com reformas que ainda estão pendentes, uma delas é a reforma tributária. Eu considero que deve ser prioridade do Congresso Nacional (...) Nós temos um sistema de arrecadação que precisa ser desburocratizado e com mais justiça social”.

RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado



“A necessidade de reformar o sistema tributário brasileiro é matéria unânime. Todos concordam que a complexidade do nosso arcabouço de impostos, taxas e contribuições é uma âncora que trava o crescimento do país”.

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara

QUEDA DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB



Alckmin: ‘Brasil não pode prescindir da indústria’

Novo ministro anunciou a criação da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria



“Ao tomar posse no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), extinto em 2019 e recriado do primeiro dia do atual governo, o vice-presidente Geraldo Alckmin apontou a reindustrialização como elemento fundamental para retomada do desenvolvimento econômico.

“A reindustrialização é essencial para que possa ser retomado o desenvolvimento sustentável. E que essa retomada ocorra sob o prisma da justiça social. O Brasil não pode prescindir

da indústria se tiver ambições de alavancar o crescimento econômico e se desenvolver socialmente”, discursou Alckmin.

Na véspera da posse, o vice-presidente reuniu-se com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, em Brasília. Andrade entregou a Alckmin o documento que reúne 14 propostas para subsidiar ações nos primeiros dias do MDIC e os 19 projetos prioritários que tramitam no Congresso. Entre as prioridades estão a transição energética, a reforma tributária e a am-

pliação de investimentos, da produção, das exportações e da inovação.

“Uma política industrial contemporânea passa ainda pela digitalização, sustentabilidade, inovação e aumento de produtividade”, completou o ministro, que reiterou a importância da reforma tributária para a retomada do desenvolvimento.

Alckmin prometeu apoiar iniciativas voltadas para a economia de baixo carbono, com foco no desenvolvimento de tecnologias limpas, e anunciou a criação

da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria.

No encontro com Alckmin, o presidente da CNI ressaltou que “o cenário internacional e o contexto econômico interno recomendam que a indústria brasileira ofereça caminhos ao presidente e ao vice-presidente para que o novo governo possa adotar, o mais rapidamente possível, as medidas necessárias para reindustrializar o Brasil e retomar a trilha do desenvolvimento de forma sustentável e inclusiva”.

Reforma irá acelerar crescimento

Fim das distorções do atual sistema de tributos sobre o consumo vai acelerar crescimento econômico e gerar emprego e renda; proposta está pronta no Congresso

Depois de três décadas de idas e vindas, a discussão sobre a reforma tributária teve avanços significativos nos últimos anos e alcançou o nível de maturidade necessário para ser apreciada, votada e aprovada no Congresso Nacional. Será o passo decisivo para eliminar as distorções do sistema de cobrança de tributos sobre o consumo e acelerar a retomada da economia.

“Quanto antes fizermos a reforma, mais cedo vamos colher os benefícios. Há um consenso de que nosso sistema tributário

é caótico, repleto de distorções e ineficiências. O principal resultado é que a reforma tem a capacidade enorme de acelerar o ritmo de crescimento econômico. Mais crescimento econômico significa mais emprego, mais renda”, resume o gerente de Política Econômica da CNI, Fábio Guerra.

O modelo defendido pela CNI prevê a substituição dos tributos sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI) pelo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que pode ser único ou dual (um federal e

outro subnacional, compartilhado entre estados e municípios). Esse modelo está contemplado na PEC 110, emenda constitucional em tramitação no Senado.

Estudo da UFMG que simulou os impactos socioeconômicos da PEC 110 calcula que, após 15 anos com o novo sistema em vigor, o país teria um crescimento adicional do PIB de 12%. Considerando como referência o PIB de 2021, seria um aumento de R\$ 1 trilhão na riqueza nacional ou uma renda adicional de R\$ 4.800 por ano para cada brasileiro. O IVA proposto na PEC

110 está alinhado às melhores práticas internacionais. Ao contrário do sistema atual, o novo modelo permite um mecanismo eficiente e justo de débito e crédito, em que a aquisição de bens e serviços gera para o contribuinte um crédito que será abatido em seguida no pagamento do imposto devido.

Um dos efeitos mais importantes da reforma é a redução da cumulatividade. A ideia é que, ao longo da cadeia produtiva, seja tributado apenas o valor adicionado em cada etapa. Por conta de várias

distorções, no atual sistema esse mecanismo não funciona e os tributos se sobrepõem.

Estudo da CNI com a LCA Consultores calcula que, por conta do resíduo tributário acumulado no atual modelo, o preço de um bem industrial fabricado no Brasil tem, em média, acréscimo de 7,4%, considerando-se a cobrança de PIS/Cofins, ICMS, IPI e ISS.

O economista destaca que é fundamental que o IVA respeite algumas características, como a desoneração completa de exportações e investimen-

tos. Com isso, aumenta a competitividade dos produtos industriais brasileiros tanto no exterior quanto internamente, frente aos importados.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, reforça a urgência da aprovação da reforma tributária:

“Temos um inédito consenso nacional e discussões maduras do ponto de vista técnico e político no Congresso Nacional. Não podemos continuar a perder oportunidades, porque é a população quem mais perde”.

ALTO CUSTO E EXCESSO DE NORMAS:
Os efeitos da falta da reforma tributária

Os litígios tributários, nas esferas federal, estadual e municipal, envolvem **R\$ 5,4 trilhões**, ou quase 75% do PIB nacional, aponta estudo do Insuper.

Cada um dos **26 estados** e o Distrito Federal e cada um dos **5.570 municípios** têm legislação própria de tributação.

O emaranhado se estende aos impostos federais. Só o IPI tem mais de **400 páginas** com uma lista de diferentes alíquotas. PIS e Cofins têm mais de **duas mil páginas** de legislação

O estudo da Deloitte Tax do Amanhã aponta que uma empresa de grande porte, com faturamento anual superior a **R\$ 7 bilhões**, gasta **34 mil horas** por ano para apurar e pagar tributos.

Estudo do Banco Mundial mostra que uma empresa média no Brasil gasta **1.500 horas por ano** com burocracia tributária, para calcular e pagar impostos e entregar os documentos exigidos pelos governos. A média dos países é **300 horas**.

Transformação digital e segurança sanitária são prioridades

A retomada do protagonismo da indústria brasileira prevê que a formulação e a execução das políticas públicas sejam orientadas por missões ou objetivos sociais que devem nortear as iniciativas. Este critério tem sido adotado em muitos países que apos-

taram em planos de fortalecimento da indústria.

Depois de ouvir os mais variados setores da indústria em todos os estados, a CNI destacou três missões principais: transição energética, transformação digital e segurança sanitária.

No caso da transição energética, o foco é con-

verter a base de geração de energia da indústria de recursos não renováveis, como carvão e óleo combustível, para fontes limpas como energia eólica, solar e biomassa. Um exemplo é o incentivo a frotas de veículos elétricos ou híbridos, que combinam eletricidade e etanol.

No caso da transformação digital, o esforço é estimular a manufatura enxuta, com processos digitalizados que darão agilidade e novos recursos tecnológicos especialmente às pequenas e médias empresas, abrindo a elas mais espaço no mercado interno e externo.

A segurança sanitária está voltada para o apoio ao desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde, para produção de fármacos, medicamentos, vacinas, reagentes e equipamentos médico-hospitalares, com estímulo à inovação e à formação de cadeias produtivas resilientes.



País precisa de sistema eficiente de cobrança de impostos

A redução da cumulatividade, a desoneração total dos investimentos e das exportações e a rápida restituição dos saldos credores dos tributos para os contribuintes são alguns dos importantes ganhos decorrentes de um sistema mais justo e eficiente de cobrança de impostos sobre o consumo.

Um deles é a redução dos custos administrativos

das empresas com cálculo e pagamento de tributos. O emaranhado de regras atuais faz com que as companhias gastem tempo e dinheiro com departamentos inteiros dedicados a decifrar as normas e apurar corretamente o imposto devido. Outro problema, explica Fábio Guerra, é que no modelo atual nem todas as operações de uma empresa dão

direito a crédito tributário, o que aumenta a dificuldade de cálculo dos contribuintes e do Fisco. A falta de uniformidade dos créditos é um dos motivos para outro problema do sistema atual: a avalanche de processos nos âmbitos administrativo e judiciário que contestam cobranças e pagamentos de tributos nas mais variadas instâncias. A redução dos

litígios é mais um ganho importante para os setores público e privado. Outro efeito positivo para a economia será a maior eficiência na alocação de recursos produtivos.

“Observamos contribuintes organizando a forma de operar não em busca da maior eficiência econômica, mas se protegendo, por exemplo, da cumulatividade”, expli-

ca Guerra. Há casos em que a empresa prefere internalizar algum processo, transporte das mercadorias produzidas, por exemplo, para evitar os efeitos da cumulatividade.

“A ideia é que a incidência do tributo não interfira na tomada de decisão da empresa, sendo neutra. Quando uma empresa decide a sua forma de es-

truturação e operação por conta do sistema tributário, para a economia é menos eficiente e limita o crescimento do país. Se a alocação de recursos for mais focada na eficiência econômica, gera mais produtividade”, destaca.

O resultado final, lembra Guerra, será o aumento da capacidade de crescimento da economia, com geração de emprego e renda.

Brasil tem potencial para liderar agenda verde mundial, mas falta regulação

Especialistas dizem que, para isso, país precisa avançar nos instrumentos para reduzir emissão de gases de efeito estufa, como o mercado regulado de carbono

Em 2015, no Acordo de Paris, o Brasil assumiu uma série de compromissos para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, que foram revisados em 2020 e 2022, mas até agora não está claro como essas metas serão alcançadas.

O país tem uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta, mas ainda não está entre os protagonistas no processo de descarbonização mundial. A criação de um mercado regulado pode pavimentar esse caminho.

Esse instrumento é um exemplo de desafio do Brasil no caminho para a economia verde, embora tenha progredido em muitos pontos. Em compara-

ção com o resto do mundo, a indústria brasileira está entre as mais sustentáveis, tendo em vista sua baixa intensidade de carbono. O setor vem investindo, de forma exponencial, em modelos limpos de produção.

A agenda sustentável é ponto central no plano de ações da CNI para os cem primeiros dias de governo. Uma das propostas é estabelecer, em conjunto com a indústria e os demais setores da sociedade, e comunicar claramente as medidas para o cumprimento das metas de redução de emissões apresentadas pelo Brasil na sua Contribuição Nacionalmente Determi-

nada (NDC, na sigla em inglês). Também é imprescindível regular e estruturar o mercado de carbono.

“É fundamental que o país defina um plano de implementação da NDC, com medidas específicas, e que comunique adequadamente esse plano, envolvendo toda a sociedade, não apenas pela transparência, mas pela necessidade de uma governança mais robusta. Isso permitirá que os diferentes setores econômicos e partes envolvidas contribuam para a implementação dos compromissos e cobrem do governo as ações necessárias para a redução de emissões de gases de efeito

estufa”, afirma a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg.

SEGURANÇA JURÍDICA

Diretor do Instituto Amazônia+21 e presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), Marcelo Thomé cobra a regulamentação do mercado de carbono:

“Essencialmente, acho que o principal elemento que impede o avanço do mercado de carbono no Brasil é a ausência de uma legislação que traga segurança jurídica, transparência e previsibilidade da qualidade dos projetos gerados no âmbito do Sistema de Comércio de Emissões”.

Para Bernardo Gradin, fundador e CEO da empresa GranBio e integrante do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), é preciso que estejam claros os papéis no poder público:

“Falta definir quem no governo vai liderar essa agenda estratégica e a narrativa nacional, o ideal é que fosse o próprio presidente”.

Outro ponto essencial é a inclusão do Brasil entre os países mais relevantes na dinâmica do fluxo global dos mercados regulados de carbono. Mônica Messenberg destaca que as receitas mundiais com precificação de carbono, em 2021, cresceram cerca

de 60% em relação a 2020, chegando a US\$ 84 bilhões, e foram importante fonte de financiamento para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

“A implantação de sistemas de precificação tem se intensificado em diversos países e na América Latina, em especial no México e na Colômbia, mas o Brasil precisa avançar nessa agenda. É preciso se posicionar de forma proativa e aproveitar o enorme potencial que tem. É fundamental que o Congresso Nacional avance na regulação do mercado de carbono no modelo de Sistema de Comércio de Emissões (SCE)”, diz Mônica.

METAS BRASILEIRAS DE REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA*

- Reduzir as emissões em 37% até 2025 e em 60% até 2030, em relação a 2005
- Zerar o desmatamento ilegal até 2028
- Atingir a neutralidade climática até 2050

*Firmadas no Acordo de Paris e atualizadas nos últimos anos

QUATRO PILARES DA ESTRATÉGIA DA CNI PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

- TRANSIÇÃO ENERGÉTICA:** O setor industrial aposta no Brasil como protagonista no processo de descarbonização da economia e mudança na forma como o planeta consome energia, passando de uma matriz baseada em combustíveis fósseis para fontes renováveis. A matriz elétrica brasileira já é uma das mais limpas do mundo: cerca de 80% da energia vem de fontes renováveis.
- MERCADO DE CARBONO:** A regulação, com regras claras de governança, certificação e comercialização de créditos de carbono, é essencial para o Brasil avançar nesse mercado de interesse global. Estudo da consultoria Boston Consulting Group indica que o país tem potencial para movimentar até US\$ 3 trilhões em investimento e venda de créditos de carbono nos próximos 30 anos.
- ECONOMIA CIRCULAR:** A abundância de recursos naturais, a rica biodiversidade, a indústria diversificada e o amplo mercado consumidor podem fazer do Brasil uma grande potência da economia circular, baseada no desenvolvimento econômico aliado ao melhor uso de recursos naturais. A CNI defende mais investimentos em pesquisa e inovação tecnológica.
- CONSERVAÇÃO FLORESTAL:** A indústria defende maior eficiência e rigor no combate ao desmatamento ilegal, o principal vilão dentre as fontes de emissões de gases do efeito estufa no país. Entre as ações estratégicas defendidas pela CNI estão a expansão das áreas de concessões florestais, a efetiva implementação do Código Florestal e o impulso da bioeconomia.

Licenciamento ambiental deve ser modernizado

Conservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico são valores que caminham juntos e uma das formas de alcançar essa combinação é a modernização do licenciamento ambiental.

“A indústria brasileira considera o licenciamento ambiental importante e necessário para a atividade econômica sustentável. O

desafio está em adequá-lo às melhores práticas, eliminando disfunções que comprometem a qualidade do meio ambiente e que geram obstáculos desnecessários ao funcionamento pleno da economia”, afirma Mônica Messenberg.

A diretora de Relações Institucionais da CNI explica que, no Brasil, o processo de licenciamento

ambiental é repleto de procedimentos burocráticos, superposição de competências, falta de clareza de procedimentos e insegurança.

“Esses problemas causam elevação de custos de implantação de empreendimentos, incertezas quanto aos custos finais, necessidade de novas exigências e atraso na execução

dos projetos. Isso resulta em redução da competitividade e produtividade das empresas e do setor público, com impactos negativos ao desenvolvimento do Brasil”.

TRANSPARÊNCIA

Propostas em tramitação no Congresso, como o PL 2.159/2021, trazem possibilidade de diminuir

a burocracia, aumentar a transparência e padronizar processos.

“Empreendimentos de grande complexidade no Brasil têm um tempo médio de licenciamento três ou quatro vezes maior do que em outros países, e isso derrete nossa competitividade em cadeias globais de valor. Há um imaginário de que a simplificação do

licenciamento traz a precarização do processo. Não é isso que a CNI defende de forma alguma. Se buscarmos referência das melhores práticas internacionais, iremos avançar muito. Precisamos de regras claras, pacificadas, que entrem em vigor sem sobresaltos, oferecendo perspectiva de médio e longo prazos”, afirma Marcelo Thomé.

Apesar de avanços, gás natural ainda é desafio

Desconcentração e estímulo à concorrência são essenciais para consolidar abertura do mercado

O setor de gás natural teve um avanço importante em 2021, com a aprovação da lei que estabeleceu regras claras e segurança jurídica para a abertura do mercado. No entanto, a concentração permanece. A Petrobras continua responsável pela produção e comercialização de cerca de 70% do gás produzido no país. A atuação de agentes

independentes ainda é muito limitada, e a esperada redução do preço ao consumidor final não aconteceu.

Por isso, a indústria brasileira considera que uma das prioridades do governo deve ser promover a desconcentração e a competição no mercado de gás natural.

“Entre os pontos necessários para a atuação

de outras empresas, destacamos o acesso de terceiros às infraestruturas essenciais, como dutos de escoamento, instalações de processamento e Terminais de Gás Natural Liquefeito. Essa medida permite que produtores que antes vendiam para a Petrobras comercializem com consumidores finais. É necessário que a ANP defina com celeridade

de as normas para o acesso negociado às infraestruturas”, diz Rennaly Sousa, especialista em Energia da CNI.

Outro ponto essencial é a desconcentração da oferta de gás natural, com o programa Gas Release, em que os comercializadores com elevada participação no mercado sejam obrigados a vender, por meio de leilões, par-

te dos volumes de que são titulares. A especialista em Energia da CNI aponta mais um gargalo a ser resolvido:

“A liberalização do mercado final de gás é de competência dos estados. A convergência da regulação federal e as regulações estaduais é fundamental para um mercado de gás aberto, dinâmico e competitivo”.

O alto preço do gás natural é um grande obstáculo para a competitividade da indústria. A resolução desses gargalos pode oferecer ganhos como a diminuição dos custos de escoamento e processamento, consolidação da abertura do mercado, redução das barreiras para migração do consumidor para o mercado livre e consequente queda dos preços.

Integração depende de indústria forte

Agenda abrangente, priorizando a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia e a continuidade do processo de entrada na OCDE, fortalecerá o setor privado

A capacidade de um país de participar das relações internacionais, especialmente do comércio, passou a ser desafiada depois que a pandemia impactou uma série de cadeias logísticas. O conflito na Ucrânia acrescentou ainda mais complexidade ao cenário, assim como a intensificação da tensão diplomática entre Estados Unidos e China.

O desempenho do Brasil neste cenário não é satisfatório: segundo o estudo “Desempenho da indústria no mundo”, da CNI, a participação mundial da indústria brasileira caiu, em 2021, para o menor patamar da série histórica, iniciada em 1990: 1,28%, o equivalente ao 15º lugar no ranking global.

Até 2014, o país esteve entre os dez maiores produtores industriais do mundo. Retomar essa posição de maior relevância depende da capacidade de acelerar a integração internacional, com base em uma agenda negociadora abrangente, como solicita o Plano de Retomada da Indústria da CNI.

O plano recomenda a aprovação de acordos internacionais em tramitação no Congresso Nacional, incluindo o Acordo de Facilitação de Comércio do Mercosul (MSC 512/2020 e PDL 164/2022), o Acordo para a Proteção Mútua das Indicações Geográficas do Mercosul (MSC 601/2020 e PDL 165/2022), o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul (MSC 599/2018 e PDL 928/2021) e o Protocolo de Serviços Mercosul - Colômbia



Brasil alcançou o menor patamar da série histórica desde 1990: 15º país no ranking global de exportações

– (MSC 520/2021 e PDL 169/2022).

INVESTIMENTOS EM EXPORTAÇÕES

“O Brasil vem perdendo espaço, enquanto outros países só têm intensificado os esforços voltados à exportação. A média de volume de investimento dos 15 principais parceiros comerciais do país está em US\$ 4,33 bilhões, enquanto nós desembolsamos apenas US\$ 0,4 bilhão”, informa Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração

Internacional da CNI.

“Duas medidas, em especial, são cruciais para fortalecer o comércio e a capacidade de integração nacional”, ela prossegue.

Uma delas está relacionada com a política doméstica, uma agenda tratada com prioridade no mundo todo. A outra se apoia na conclusão e na internalização do acordo entre Mercosul e União Europeia, sem reabertura de negociações. “Do ponto de vista da diplomacia, precisamos de uma agenda

negociadora pragmática, estratégica, que se traduza em acordos de relevância para o Brasil. Não há motivos para rever o acordo do Mercosul com a União Europeia, ele é satisfatório e resultado de negociações complexas”.

Qualquer tentativa de reabertura tomaria tempo e representaria um retrocesso, considera a CNI, que leva em consideração em sua análise o fato de que o acordo foi resultado de 20 anos de negociações, envolvendo 28 países, que

movimentam um quarto do PIB mundial.

O país pode trabalhar com base nas conquistas recentemente alcançadas, seguindo novas direções que busquem extrair o melhor dos benefícios proporcionados pela internacionalização do acordo com a União Europeia.

“Os acordos comerciais vão muito além de questões tarifárias. Eles consideram fronteiras, regulamentos técnicos, serviços fundamentais para a integração que não estão

refletidos nos compromissos e acordos que temos na região. Não há dúvidas dos ganhos que o acordo trará, do quanto vai fortalecer a posição do país”, analisa a gerente. “Podemos avançar, buscando extrair o melhor deste acordo e avançar em outras direções, com prioridade para a continuidade das negociações com México e Canadá, além do Reino Unido, que tem grandes interesses comerciais no Brasil”, completa Constanza.

Reforçar o relacionamento internacional do Brasil é importante, inclusive, internamente, porque fortalece uma área crucial para incentivar pesquisa, desenvolvimento, ciência e educação. “O setor industrial gera empregos formais e qualificados. É estratégico e pode fortalecer a capacidade de negociação do país como um todo”, lembra a gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI. “De outro lado, sem corrigir a tendência de queda das exportações e da produção do país, o cenário futuro tende a piorar”.

Reforçar o relacionamento internacional do Brasil é importante, inclusive, internamente, porque fortalece uma área crucial para incentivar pesquisa, desenvolvimento, ciência e educação. “O setor industrial gera empregos formais e qualificados. É estratégico e pode fortalecer a capacidade de negociação do país como um todo”, lembra a gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI. “De outro lado, sem corrigir a tendência de queda das exportações e da produção do país, o cenário futuro tende a piorar”.

País precisa acelerar processo de entrada na OCDE

Participar da organização proporciona novas oportunidades e inclusão em práticas internacionais

Desde 1999, a relação do Brasil com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem se estreitando – foi quando o conselho da entidade decidiu criar um programa direcionado ao país. Em 2012, Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul passaram a ser considerados parceiros-chave da

organização. Neste estágio do relacionamento com a OCDE, o país pode participar de comitês e instâncias de trabalho, especialmente em comitês técnicos, reuniões de grupos de trabalho e seminários. Mas ainda não é considerado um integrante da organização.

Em 2015, o país assinou um acordo marco de cooperação. Finalmente, em

janeiro de 2022, o governo recebeu o convite para aceitar o processo de adesão – atualmente, é o país não-membro participante com maior número de instâncias e projetos e que aderiu ao maior número de instrumentos legais da organização.

Este processo pode, e deve, ser acelerado. Para isso, a CNI considera que é

crucial criar uma estrutura governamental para apoiar o processo, que conte com a colaboração e participação ativa da sociedade e do setor privado.

“É importante focar os esforços, de forma a conquistar voz e voto, levando à organização a visão de um país emergente, de forma a refletir, no cenário de liderança global, as prio-

riedades do Brasil”, lembra Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, apontando que os benefícios alcançam o longo prazo.

“Os efeitos positivos desse processo, que é complexo, trazem ganhos de longo prazo para o modelo social e econômico do país. A OCDE é um clube de boas práticas, que se reflete na

forma de desenhar e implementar políticas públicas, com ganhos expressivos no longo prazo”. Quando se pensa em novas estratégias para fortalecer o país para os desafios do futuro, participar deste processo de entrada contribui para garantir o melhor desempenho possível para o setor industrial, em específico, e o país como um todo.

Propostas visam fortalecer comércio exterior

Para reforçar as relações internacionais do país é preciso primeiro fazer a ligação de casa internamente. “Uma política de comércio internacional eficiente resulta de ações coordenadas de diferentes atores. Com um modelo de governança que se apoie em metas e objetivos claros, garantindo a coordenação intra e intergovernamental em matérias que afetem o comércio

exterior, torna-se possível estabelecer metas, objetivos e recursos, incluindo participação do setor privado, de modo a tornar o processo decisório eficiente, transparente e previsível”, explica Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI.

Com um olhar integrado e reformas estruturais capazes de diminuir o Custo Brasil, governo e iniciativa

privada conseguem estabelecer relações mais vantajosas, apoiadas em um novo grau de competitividade. É por isso que a CNI, em seu plano de ações proposto para os primeiros cem dias de governo federal, recomenda implementar uma estratégia nacional para a superação de barreiras comerciais, reduzir a burocracia e a insegurança jurídica nas operações de comércio

exterior, concluir a implantação do Portal Único de Comércio, além de instituir o marco legal do Operador Econômico Autorizado (OEA), implementar o Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) com EUA e celebrar novos ARM com Argentina, Reino Unido e União Europeia.

A entidade também recomenda fortalecer o combate às medidas desleais

e ilegais de comércio, por intermédio do alinhamento às práticas adotadas nas principais economias mundiais e da instituição de um canal unificado de denúncias sobre fraudes em importações. Também sugere ampliar o intercâmbio das agências e órgãos reguladores brasileiros com os seus congêneres internacionais e celebrar acordos de cooperação regulatória

de reconhecimento mútuo com os nossos principais parceiros comerciais.

A indústria é central neste processo, lembra Constanza. “Quando o setor industrial aumenta sua participação no comércio internacional, provoca efeitos multiplicadores muito positivos sobre a economia, com impacto direto sobre a capacidade de exportação de uma nação”.

Crédito atual é entrave para exportador

Setor industrial defende recriar, em novas bases, o Sistema de Financiamento e Garantia Oficial às Exportações, aproximando-o das regras internacionais

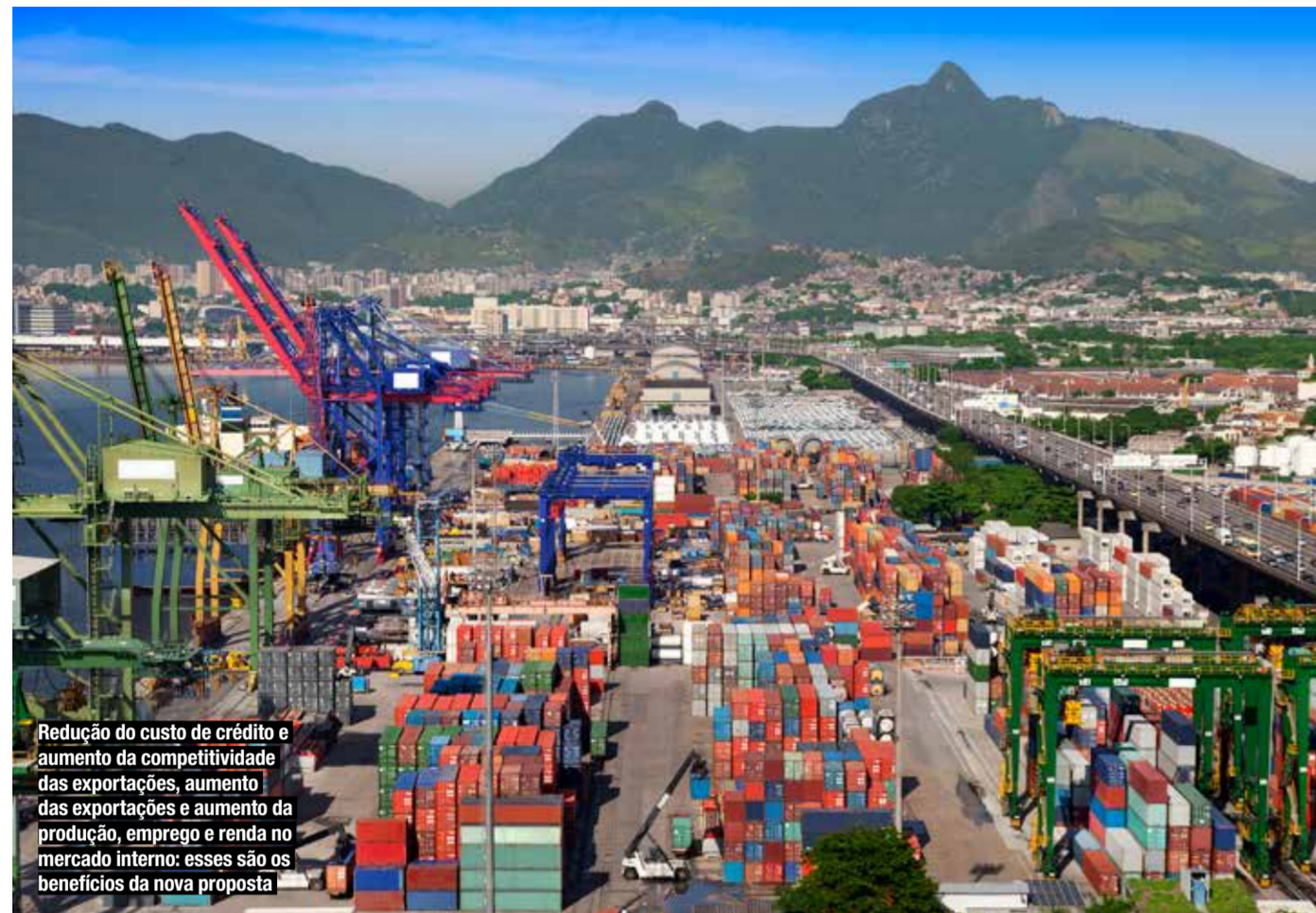
Um país forte no setor de exportações precisa, obrigatoriamente, de suporte governamental. O apoio se traduz não apenas em investimentos, mas em políticas de incentivo e estratégias regulatórias que fortalecem a capacidade da iniciativa privada em competir com outros países, alcançando um maior número de mercados com qualidade e preço competitivo.

O setor industrial é crucial nesse contexto. “Quando se trata de setores de alto valor agregado, com cadeia longa, esse nicho é atendido por programas de crédito oficial. É um padrão internacional, encontrado nos principais países desenvolvidos”, avalia Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI.

Ainda assim, a política de crédito à exportação brasileira ficou praticamente paralisada nos últimos anos, enquanto as demais agências de crédito à exportação em todo mundo aumentaram e aperfeiçoaram seu sistema de financiamento.

A CNI considera que o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação apresenta três problemas principais: governança complexa, alta dependência orçamentária dos programas de financiamento e garantia à exportação e baixa participação de instituições privadas. Em suma, existe um excesso de redundância de competência entre os órgãos responsáveis, de forma que a jornada do exportador se torna complexa e custosa.

Além disso, as ferramentas de apoio oficial dependem integralmente do Orçamento Geral da União (OGU), à exceção das linhas de financiamento à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-



Redução do custo de crédito e aumento da competitividade das exportações, aumento da produção, emprego e renda no mercado interno: esses são os benefícios da nova proposta

nômico e Social (BNDES). Essa dificuldade gera incertezas quanto à disponibilidade de recursos para desembolso (no caso dos programas do Proex) ou pagamento de indenizações (no caso do seguro).

Em resultado, os exportadores deixam de procurar pelos mecanismos de crédito oficial, o que afasta o interesse de financiadores privados a aceitar o seguro de crédito à exportação ou a equalização de taxa de juros.

A CNI trabalha para fortalecer a competitividade do setor e defende recriar, em novas bases, o Sistema de Financiamento e Garantia Oficial às Exportações, aproximando-o das regras e padrões internacionais. Assim, o Estado poderia atuar de forma objetiva,

em bases sólidas e transparentes, para o setor privado garantir a geração de renda e emprego, promovendo ganhos de produtividade e escala, estimulando a inovação e melhorando a qualificação da mão de obra.

O sistema de financiamento é ainda mais relevante quando se lembra que, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), até 80% das trocas de produtos e serviços são bancadas, de alguma forma, por créditos ou seguros de crédito. A OMC estabelece que a falta de apoio para acessar recursos financeiros é uma barreira significativa, especialmente nos países em desenvolvimento.

“Existem formas de evitar a redundância e a falta de foco nas ações de diferentes atores públicos. É crucial assegurar ao exportador brasileiro condições equivalentes de competição nos mercados externos, assim como garantir maior previsibilidade e segurança jurídica às suas operações”, afirma Constanza.

Nesse modelo, os recursos destinados ao financiamento e garantias de exportações deverão ser mantidos em moeda forte, de forma que os pagamentos sejam processados em dinheiro, e não em títulos públicos, para que haja maior fluidez e segurança a usuários, operadores e intervenientes.

Nestes termos, as operações de financiamento e seguro se tornariam mais atrativas para as empresas privadas, nacionais e internacionais. Também enriqueceria a oferta de outros produtos para compartilhamento e mitigação de riscos em operações estruturadas mais complexas, usuais em financiamentos de longo prazo e de valores mais elevados.

Entre os benefícios esperados pela CNI estão a redução do custo de crédito e aumento da competitividade das exportações, o aumento das exportações e o aumento da produção, emprego e renda no mercado interno.

NOVA PROPOSTA DE APOIO ÀS EXPORTAÇÕES

A CNI elaborou uma minuta de ato legal que estabelece o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação. Leia um trecho:



Art. 1º. O sistema brasileiro de crédito oficial à exportação é elemento da política de comércio exterior e compreende instrumentos de seguro, financiamento e equalização de taxas de juros com o objetivo de conferir competitividade e acesso a mercados internacionais às exportações brasileiras de bens e serviços.

Art. 3º. Constituirão mecanismos de crédito oficial à exportação:

- I – Linhas de financiamento diretas às exportações brasileiras de bens e serviços e de investimento externo direto;
- II – Linhas de financiamento específicas decorrentes de acordos internacionais firmados entre o Brasil e seus parceiros comerciais;
- III – Linhas de financiamento concessionalis, de acordo com condições aceitas pela prática internacional, a países projetos ou setores com limitações de acesso a financiamento de mercado;
- IV – Equalização de taxas de juros pagas aos financiadores de modo a tornar o custo total do crédito à exportação brasileiro compatível com o praticado no mercado internacional;
- V – Seguros contra riscos comerciais, políticos e extraordinários em operações de exportação ou investimento externo direto;
- VI – Cobertura de garantias de execução, reembolso de adiantamento de recursos e garantia de termos e condições de oferta em operações de exportação.

BNDES deve focar na modernização industrial

Instituição pode ser decisiva para transformação produtiva, por meio de tecnologias digitais

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) surgiu há 70 anos como resultado dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que reuniu técnicos norte-americanos e brasileiros dedicados a produzir recomendações

para a implementação de projetos prioritários para o desenvolvimento econômico do país.

Em diferentes estágios dessa trajetória, a indústria nacional teve grande relevância para as ações do banco. É momento de retomar este papel, argumenta Samantha Cunha, gerente de Política Industrial da CNI.

“O BNDES tem papel central para as transformações que o Brasil precisa atravessar, mas para isso é importante priorizar os investimentos para o setor”, ela diz.

Por isso, a CNI defende ampliar a atuação do BNDES como agente promotor da modernização industrial e do aumento

da produtividade do país, por meio da inovação, do comércio exterior e da economia de baixo carbono. “A instituição pode atuar de forma decisiva para a indústria se adaptar às novas tendências produtivas, como a digitalização e a descarbonização. Afinal, o Brasil se adapta às transformações em curso ou vai ficar ainda mais atrasado na corrida pela competitividade”, avalia Samantha.

FINANCIAMENTO

De fato, o novo cenário global exige que o setor se modernize na direção da implementação das novas tecnologias da Indústria 4.0, essenciais para uma indústria mais produtiva e sustentável. Essa transformação

precisa avançar mais rápido, como aponta uma pesquisa de 2021, que indica que, de 18 tipos de tecnologias digitais, a maior parte ou não usa nenhuma ou usa apenas de uma a três.

“Temos um ciclo vicioso de baixo crescimento, baixo investimento e redução da produtividade. As técnicas de manufatura enxuta ainda não foram amplamente adotadas na indústria. Precisamos melhorar a gestão das empresas para tirar maiores ganhos da adoção das tecnologias digitais”, diz Samantha.

As linhas de financiamento também podem ser melhoradas, sendo importantes sobretudo para pequenas e médias empresas, ela argumenta. “O



Pesquisa da CNI de 2021 indica que de 18 tipos de tecnologias digitais, a maior parte das indústrias ou não usa nenhum tipo ou usa de um a três

alto custo de implantação é uma das barreiras mais citadas pelas empresas para adoção de tecnologias digitais. Nesse sentido, a indústria continua encontrando dificuldades no

acesso a financiamento. Além disso, o alinhamento do BNDES com o MDIC é bastante relevante para que as ações desses órgãos produzam melhores resultados”, finaliza.

PEC 110/2019 traz racionalidade à tributação

Indústria defende urgência na votação da proposta para melhorar ambiente de negócios e estimular investimentos produtivos

Paraca R\$1 que o setor industrial produz, a produção da economia como um todo aumenta em R\$ 2,43. A despeito de uma política econômica que, nas últimas décadas, vem dedicando pouca atenção ao setor, a indústria nacional ainda responde por 22,2% do Produto Interno Bruto (PIB), 71,8% das exportações e 68,6% dos investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

E também financia o Estado em parcela muito superior à sua participação na economia: em 2020, o setor contribuiu com 38% dos impostos federais, somados à Previdência So-

cial e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Por outro lado, recebeu um aporte de apenas 12,13% dos gastos tributários relacionados no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021. É o equivalente a menos de 0,4% do PIB.

Nesse contexto, a PEC 110/2019, que tramita no Congresso Nacional e reforma a tributação sobre o consumo, é crucial, argumenta Fábio Guerra, gerente de Política Econômica da CNI. “Defendemos que a PEC 110 seja aprovada com urgência, de forma a levar racionalidade à tributação no Brasil”.

A CNI também solicita permitir a depreciação acelerada de bens de capital aplicados a novos investimentos, eliminar as travas para o aproveitamento de prejuízos fiscais, harmonizar as regras de tributação de lucros obtidos no exterior com os padrões Internacionais e convergir as regras de Preços de Transferência do Brasil ao padrão Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São medidas que buscam melhorar o ambiente de negócios, reduzir o Custo Brasil e estimular o

investimento produtivo, fundamental para acelerar o crescimento econômico do país. “O problema não se resume à carga tributária. Há entraves que atualmente oneram, indevidamente, o investimento, o ciclo produtivo e as exportações”, analisa José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ). “A agenda tributária é uma demanda de décadas, que precisa ser encarada com urgência”, reforça Fernando Valente Pimentel, presidente emérito e diretor superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

RESTITUIÇÃO AO EXPORTADOR

Fábio Guerra argumenta que, depois da aprovação da PEC 110, ainda levará um tempo para que o novo sistema de tributação do consumo de bens e serviços seja plenamente implementado. Enquanto isso, existe um mecanismo, criado em 2011 por Medida Provisória e tornado permanente em 2014: o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).



Apesar de ter contribuído com 38% dos impostos federais em 2020, setor industrial recebeu aporte de apenas 12,13% dos gastos tributários relacionados no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021

O Reintegra restitui a empresa brasileira exportadora da taxa indevida que ela sofre ao exportar. A alíquota pode oscilar entre 0,1% e 3%. Mas, desde 2018, está fixada pelo governo federal em 0,1%. “Na prática, o Reintegra está inoperante. Nossa proposta é levar o percentual a 3% imediatamente e, em 2024, mudar a lei, de forma a alcançar 7,4%”, explica Guerra.

A alíquota de 7,4% repre-

menta o resíduo tributário (associado a PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS) médio da indústria, segundo uma estimativa produzida pela LCA Consultores. Os resíduos tributários se acumulam ao longo da cadeia produtiva. “Somos o único país do mundo que exporta impostos”, critica Velloso. “O acréscimo de resíduos tributários dificulta a nossa capacidade de competir no mercado internacional. Já começamos a

partida perdendo”. Ajustar o Reintegra seria uma maneira ágil de lidar com este problema, mas ainda é uma solução paliativa: a CNI defende que seja editada uma norma que autorize a compensação, de forma automática e em bases correntes, de créditos tributários decorrentes de exportação. Desta maneira, não seria necessário primeiro recolher taxas, para depois solicitar o resgate de valores.

Setor quer mais prazo para pagamento de tributos

Calendário gera grave problema de fluxo de caixa, que pode ser solucionado com projeto de lei ou MP

Da maneira como o recolhimento de impostos federais se dá atualmente, o setor privado acaba por realizar um empréstimo compulsório ao governo. Isso porque os tributos são cobrados logo no mês seguinte à venda, enquanto, na média, as empresas industriais recebem 45 dias após a comercialização, segundo um levantamento realizado

pela CNI. Há casos em que o pagamento acontece em 90 dias, muitas vezes em parcelas. Dessa forma, o fluxo de caixa das empresas fica descoberto, aumentando o custo financeiro delas. Isso em decorrência do prazo inadequado de pagamento do PIS/Cofins e IPI. Vale lembrar que o prazo de pagamento do FGTS, INSS e IRPJ/CSLL também é inapropriado e tira o fôlego

da caixa das empresas. Ajustar o cronograma, considerando as características do mercado, não reduziria a arrecadação do Estado – apenas geraria um período inicial de redução nos valores por algumas poucas semanas. “Não se trata de pedir renúncia fiscal, mas apenas de ajustar no tempo a arrecadação”, argumenta Fábio Guerra, gerente de Política

Econômica da CNI. “Com a ampliação do prazo para o recolhimento de impostos federais, o setor industrial teria condições de melhorar a qualidade de sua gestão financeira, o que, no limite, permite às empresas investir mais, gerar empregos e, em consequência, arrecadar mais impostos”, reforça Fernando Valente Pimentel, presidente emérito e di-

retor superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), lembra que medidas como essa fortalecem o setor industrial, na medida em que aumentam a previsibilidade no longo prazo e a capacidade das empresas

em planejar suas ações no longo prazo. Ele lembra que a ABIMAQ é também favorável a outra medida capaz de reduzir a complexidade desnecessária para a gestão das empresas: “O Brasil também precisa resolver a desoneração da folha de pagamento. A forma como o país recolhe impostos sobre a folha de pagamento inibe a geração de emprego no setor”.

Depreciação acelerada pode ampliar investimentos

Além da PEC 110/2019, a CNI defende a aprovação da MP 1.152/2022, que faz a convergência das regras brasileiras de Preços de Transferência aos padrões da OCDE, e a MP 1.148/2022, que prorroga o crédito presumido de 9% e a autorização para a consolidação dos resultados obtidos pelas empresas brasileiras com operações no exterior até 2024.

A entidade luta também pela edição de uma norma que autorize a depreciação acelerada de bens de capital na apuração do IRPJ e da CSLL. Assim, poderia estimular os investimentos do setor. “A capacidade de investir é crucial para o setor produzir mais e se tornar mais competitivo”, avalia Fábio Guerra, gerente de Política Econômica da CNI. “É com

investimento que se inova, se é mais produtivo, se faz mais com menos insumos”. A depreciação acelerada reduz o custo de investimento na fase inicial do projeto, caracterizada por maiores custos e menores receitas. Desta forma, equilibra o fluxo de caixa. “É uma política já adotada mundo afora, com destaque para países como Estados Unidos, Alemanha

e Canadá”, informa Guerra. O caminho para alcançar essa mudança passa por um projeto de lei ou uma Medida Provisória. O resultado, assim como no caso da ampliação do prazo de pagamento de tributos federais, é um ajuste temporal no fluxo dos cofres públicos, que não se traduz em perda definitiva de arrecadação.

“O governo deixaria de

receber agora para recolher posteriormente, com a vantagem de incentivar as empresas a, por exemplo, ampliar ou modernizar seu parque produtivo”, declara José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

Como avalia Fernando Valente Pimentel, presidente emérito e diretor

superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), todas as medidas solicitadas pelo setor caminham na direção de fortalecer a competitividade das empresas. “O Brasil não carece de diagnósticos. Precisa é de um ambiente de trabalho e de investimentos previsível, com governança eficaz e baseada em ações coordenadas”.

Inovação é ponto central da retomada

Plano propõe política nacional com foco em pesquisa e desenvolvimento voltada à indústria e capaz de tornar a economia mais digital, sustentável e inclusiva

O Brasil investia, em 2019, 1,21% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. É o dado mais recente, produzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Em Israel, segundo a consultoria Macke, o percentual é de 4,93%. Na Coreia do Sul, 4,64%. Nos Estados Unidos é de 3,07% e na China, 2,23%. A média da União Europeia está em 2,3%.

Sinal de que os países mais avançados do mundo dedicam investimentos em pesquisa e desenvolvimento, avalia Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI. “É preciso desenvolver um esforço integrado e coordenado, com forte participação do poder público, para criar um ecossistema favorável à inovação”, ela afirma.

“O Brasil tem a 10ª maior economia do mundo e ainda assim ocupa uma

posição desproporcional no Global Innovation Index”, comenta, fazendo referência ao levantamento realizado pela World Intellectual Property Organization (WIPO), uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em 2022, colocou o país em 54º lugar.

Como aponta Rafael Lucchesi, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), num cenário de grande dinamismo global, em que inovar é crucial para garantir espaço no ambiente produtivo, o Brasil é pressionado a se reinventar. “A inovação acontece quando se transforma conhecimento em riqueza. E só se alcança esse objetivo com apoio na ciência, que, por sua vez, só se fortalece em uma sociedade de forte base educacional. E assim se cria um ciclo virtuoso, que



Brasil investiu 1,21% do PIB em pesquisa e desenvolvimento em 2019, dado mais recente. Enquanto isso, Israel investiu 4,93%, Coreia do Sul, 4,64%, e EUA, 3,07%

produz desenvolvimento econômico e social”.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

É nesse contexto que o Plano de Retomada da Indústria da CNI recomenda que seja estruturada uma Política Nacional de

Ciência, Tecnologia e Inovação CT&I, articulada à política industrial e capaz de tornar a economia brasileira mais digital, sustentável e inclusiva.

A proposta é priorizar atividades público-privadas capazes de articular

ações concretas capazes de reduzir o atraso na evolução da capacidade nacional de inovar, aperfeiçoando e financiando mecanismos de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

“Podemos nos posicionar como a Arábia Saudi-

“É preciso desenvolver um esforço integrado e coordenado, com forte participação do poder público, para criar um ecossistema favorável à inovação”

GIANNA SAGAZIO

Diretora de Inovação da CNI

ta da energia renovável. Mas não só: nossa energia limpa, que será muito mais barata do que a dos nossos competidores diretos, pode impulsionar o rejuvenescimento de nossa estrutura industrial, levando assim a descarbonização para toda a cadeia”, argumenta Lucchesi.

É por isso que a CNI propõe criar o Programa de Eficiência Energética na Indústria, que levaria em consideração experiências exitosas da entidade, assim como do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Superavitário, INPI precisa de autonomia financeira

Capacidade de gerenciar o próprio orçamento levaria o instituto a acelerar modernização

Em 2022, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) gerou receita de R\$ 664 milhões, um aumento de 13% em relação aos R\$ 581 milhões de 2021. Ainda assim, solicitou R\$ 72 milhões em despesas, o que não foi aceito. O orçamento previsto para esse ano é significativamente menor do que o necessário:

R\$ 52 milhões. “A situação atual é frágil”, argumenta Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI.

A solução proposta pela confederação é simples: garantir a autonomia financeira do INPI, que já é superavitário e, nos últimos anos, vem evoluindo no sentido de modernizar processos e reduzir o tempo necessário para aprovar

pedidos de marcas e patentes. “A redução do valor aportado vai prejudicar a continuidade de serviços essenciais ao INPI e cancelar ou adiar iniciativas em tecnologia da informação”, reforça Gianna.

Atualmente, o INPI está vinculado ao Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Metrologia, do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Um caminho viável para garantir a autonomia financeira seria editar uma norma que transformasse o instituto em agência, com liberdade para garantir a adoção das práticas do mais elevado padrão internacional.

“O INPI precisa continuar se modernizando, e

para isso precisa gerenciar recursos, provendo os mais avançados serviços para a estrutura produtiva do país”, analisa Rafael Lucchesi, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). “A autonomia financeira e administrativa é fundamental para a estratégia de reindustrialização”.

Afinal, num contexto

de avanço acelerado da quarta revolução industrial, preservar a propriedade intelectual das empresas brasileiras, assim como da indústria, é estratégico, defende Lucchesi. “Está acontecendo no mundo uma transição para um novo paradigma técnico e econômico, que se apoia em novas práticas e tecnologias, que precisam ser protegidas”.

REINDUSTRIALIZAÇÃO É IMPRESCINDÍVEL PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

ARTIGO



Por Robson Braga de Andrade, Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou, em seu discurso de posse, que a prioridade da pasta será a reindustrialização do Brasil. Trata-se de uma decisão acertada, pois indústria é o setor que tem maior capacidade de impulsionar a inovação, gerar riquezas e dinamizar a economia nacional. Em função disso, sua expansão é imprescindível para que o país alcance a trilha do crescimento sustentável.

O fortalecimento do

setor industrial é fundamental, especialmente neste momento em que precisamos dar respostas adequadas aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela transformação digital e pela reorganização das cadeias globais de suprimentos. Também é essencial para enfrentarmos os problemas causados pela pandemia da covid-19 e pela guerra na Ucrânia.

Não é à toa que a maioria dos países, sobretudo as economias mais avançadas, reconhece a importância estratégica da indústria e vem implementando programas voltados ao desenvolvimento do setor. Ao longo da última década, pelo menos 84 países que

representam mais de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial adotaram medidas de apoio às suas indústrias. Estima-se que, nos próximos anos, Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul, Alemanha e outras nações da União Europeia investirão cerca de US\$ 5 trilhões em políticas ativas de apoio ao setor industrial.

Apesar de sua inequívoca importância para a propulsão do desenvolvimento econômico e social, a indústria vem perdendo força no Brasil. Em razão de uma série de disfunções, a participação do setor na economia nacional, que era de 48% em 1985, caiu para 23,6% em 2022. Mesmo assim, ainda é responsável por 38% dos impostos federais, somados à Previdência Social e ao ICMS, por 71,8% das exportações, e por 66,4% dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento.

A indústria também produz os principais insumos e equipamentos que tornam os demais setores da economia, especialmente a agropecuária,

mais produtivos e competitivos. Por isso, como bem destacou o ministro Geraldo Alckmin, o Brasil precisa implementar uma série de medidas robustas e efetivas, com vistas a reverter o acelerado processo de desindustrialização ocorrido no país nas últimas décadas.

Com o objetivo de contribuir para a construção dessa política, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ao governo o Plano de Retomada da Indústria, com propostas que visam estimular a produção e ajudar as empresas a enfrentar, em igualdade de condições, a acirrada concorrência internacional. Além de metas estratégicas de longo prazo, o Plano contém sugestões de medidas para serem adotadas nos primeiros 100 dias de governo.

Uma das principais recomendações do Plano é a redução do Custo Brasil. Esse conjunto de ineficiências, que inclui, entre outras, o sistema tributário complexo, as deficiências na infraestrutura e a insegurança jurídica, retira R\$

1,5 trilhão das empresas todos os anos, conforme estudo do Movimento Brasil Competitivo.

Para resolver esses problemas, é preciso dar prioridade à aprovação de uma reforma tributária que simplifique o sistema de arrecadação de impostos, reduza a cumulatividade, e desonere os investimentos e as exportações, nos moldes da PEC 110, que já está em estágio avançado de tramitação no Congresso Nacional.

É necessário, igualmente, implementar uma política industrial alinhada às melhores práticas internacionais e baseada no desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que a inovação é a principal fonte dos ganhos de produtividade e de competitividade.

Além de buscar a redução dos custos que oneram, em demasia, o setor, a estratégia deve focar no desenvolvimento do comércio exterior, assegurando a integração da economia brasileira às cadeias globais de valor, e criando condições para que o país seja um polo de

atração de investimentos e de geração de tecnologias.

No entanto, a execução de tal política só terá êxito se houver estrutura eficiente de governança, com recursos orçamentários adequados, e capacidade para articular e priorizar as medidas de retomada da indústria brasileira. Nesse sentido, a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e o fortalecimento do BNDES são fundamentais para a elaboração e a execução de um projeto que promova o crescimento duradouro e sustentável da economia.

Nossa expectativa é que o novo governo implemente, com urgência, as medidas necessárias para a retomada da indústria nacional e para a adequação do país às profundas transformações que estão em curso no mundo. Afinal, ter uma indústria dinâmica, diversificada e competitiva é crucial para o Brasil voltar a crescer de forma vigorosa e sustentada, e criar melhores oportunidades de trabalho e de renda para toda a população.